



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680178 - SP (2021/0219381-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAPHAEL CAMARÃO TREVIZAN - AC004256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GIVANNILDO AGOSTINHO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : BRUNO DO CARMO ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIVANNILDO AGOSTINHO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2131837-18.2021.8.26.0000).

O paciente cumpre pena de 7 anos e 29 dias de reclusão no regime fechado pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

A impetrante sustenta que o paciente teria implementado o lapso temporal necessário para a progressão de regime, bem como cumprido o requisito subjetivo, possuindo bom comportamento e não praticado falta grave no último ano, sendo despicienda a realização do exame criminológico para que seja concedido o benefício.

Destaca que a fundamentação do acórdão impugnado se pautava "exclusivamente na gravidade em abstrato dos delitos, na quantidade de pena pendente de cumprimento e na possibilidade de reiteração criminosa, não justificando adequadamente a necessidade do exame com base nas circunstâncias do caso em análise" (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a progressão do regime, independente da realização do exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente